

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 31 de agosto de 2022 às 07h59
Seleção de Notícias

Correio Braziliense | BR

Entidades

CNI protesta contra cortes para pesquisa 3
ECONOMIA E NEGÓCIOS

O Globo Online | BR

30 de agosto de 2022 | Entidades

Bloqueio de recursos de fundo da ciência deve prejudicar mais de 70 projetos, dizem entidades . . 4

IstoÉ Dinheiro Online | BR

30 de agosto de 2022 | Marco regulatório | INPI

Brasil e EUA reafirmam compromisso em remover barreiras não-tarifárias 5

A Tarde - Últimas Notícias | BA

30 de agosto de 2022 | Direitos Autorais

Valdemiro Santiago é condenado a indenizar repórter do SBT em R\$ 1 mi 6

CNI protesta contra cortes para pesquisa

ECONOMIA E NEGÓCIOS

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) afirmou, em nota, que considera a Medida Provisória que permite o contingenciamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) um retrocesso para a pesquisa e inovação no Brasil.

Segundo a CNI, a proposta, se aprovada pelo Congresso, trará danos para a ciência, tecnologia e inovação do país.

A MP, editada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) na última segunda-feira, determina que o FNDCT poderá aplicar somente R\$ 5,555 bilhões em 2022, ou seja, cerca de R\$ 3,5 bilhões a menos do inicialmente previsto.

A partir do ano que vem, a medida estabelece uma porcentagem de aplicação que chegará em 100% dos recursos apenas em 2027. Em 2023, por exemplo o limite será de somente 58% da receita anual prevista. Sendo 68% em 2024, 78% em 2025 e 88% em 2026.

"A proposta retira recursos para a ciência não só em 2022, como para os próximos anos.

Investir em inovação não é uma opção, é obrigação para os países desenvolverem suas economias e serem competitivos.

Com medidas como esta, o Brasil não está seguindo as melhores práticas, reconhecidas mundialmente, para se tornar mais inovador", afirmou o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade.

A entidade industrial avaliou que, na prática, as limitações significam que não haverá liberação de or-

çamento necessário para projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) importantes para o país.

"Faremos o que estiver ao nosso alcance para tentar reverter a redução dos recursos do FNDCT e mostrar à sociedade brasileira a incoerência dos cortes em um fundo que é crucial para promover o desenvolvimento tecnológico e o crescimento econômico e social do país", disse Andrade.

Devolução A Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.Br) defendeu, em nota, que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), devolva a MP ao Executivo.

Segundo a entidade, a proposta é uma afronta ao Congresso Nacional que, em 2021, aprovou, após derubar o veto presidencial, a Lei Complementar nº 177, que proíbe o contingenciamento orçamentário do Fundo pelo governo federal.

Dos R\$ 9 bilhões previstos na LOA 2022 para o FNDCT, a MP autoriza a liberação de R\$ 5,5 bilhões para o exercício.

Desse montante, metade se destina às operações de empréstimos da **Finep**, com impactos no setor industrial do país, e a outra para o financiamento de programas, estratégias e fomento à ciência, tecnologia e inovação.

A entidade ainda lembrou que já foram liquidados e pagos R\$ 3,2 bilhões no fomento à ciência, tecnologia e inovação. "Isso significa que mais de 70 ações e programas que hoje são executados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, CNPq e **Finep** serão diretamente prejudicados."

Bloqueio de recursos de fundo da ciência deve prejudicar mais de 70 projetos, dizem entidades

Entidades brasileiras ligadas à Ciência afirmam que mais de 70 ações e programas serão prejudicados pela Medida Provisória editada pelo presidente Jair Bolsonaro para limitar o uso de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Uma nota divulgada pelas instituições acusa o governo de "sacrificar" a ciência brasileira e pede que o presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD), devolva a MP ao Executivo "sob pena de nosso País assistir ao colapso de sua produção científica". Na segunda-feira, o governo editou uma medida que permite o bloqueio de parte do fundo de maneira escalonada até 2027. Já para este ano a medida fixou um teto de R\$ 5,5 bilhões para uso do FNDCT, bem abaixo da receita de R\$9 bilhões arrecadados pelo fundo neste ano. A MP tenta reverter uma derrota do governo no Congresso. Em junho, o legislativo impediu remanejamento de recursos do FNDCT para outras áreas. Com a MP, no ano que vem, por exemplo, haveria obrigação legal de gastar apenas 58% do total da arrecadação prevista no ano e não o valor integral, como definia a legislação. "Considerando que já foram liquidados e pagos R\$ 3,2 bilhões no fomento à CT&I, pode-se concluir que os valores empenhados de cerca de R\$ 2,7 bilhões não serão mais honrados em 2022. Põe-se as instituições por serem eficientes no uso e

transparência dos recursos públicos", diz a nota, complementando: "Isso significa que mais de 70 ações e programas que hoje são executados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, CNPq, **Finep** e das Organizações Sociais vinculadas ao Ministério, serão diretamente prejudicados, com um prejuízo impossível de avaliar para a Ciência brasileira." A nota divulgada pela Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.Br), que reúne oito grandes entidades científicas brasileiras, classifica a MP como uma "manobra para retirar recursos do financiamento à Ciência brasileira" e afirma que a medida é uma "afronta" ao Congresso. "Para agravar a situação, a MP ainda impõe um escalonamento até 2027 dos percentuais do Orçamento que serão liberados para o FNDCT. Na prática, todas as ações e programas que não forem honrados no exercício de 2022, serão transferidos para o ano de 2023, comprometendo, assim, o orçamento liberado deste ano, e assim por diante, até 2027", argumenta o documento. "Essa Medida Provisória afronta o Congresso Nacional que, em 2021, foi altivo e demonstrou seu respeito à Ciência brasileira, aprovando a Lei Complementar nº 177, derrubou o veto presidencial e manteve a obrigatoriedade do Governo Federal em executar todo o orçamento do FNDCT."

Brasil e EUA reafirmam compromisso em remover barreiras não-tarifárias

O Brasil e os Estados Unidos reafirmaram, em comunicado conjunto, o compromisso em prevenir e em reduzir as barreiras não-tarifárias no comércio bilateral. O texto destacou as iniciativas promovidas em sessão de diálogo comercial realizado em Washington em 21 de julho.

Embora tenha sido assinado na última sexta-feira (26), o comunicado só foi divulgado hoje (30) pelo Ministério da Economia.

Durante a sessão de diálogo, os representantes brasileiros e norte-americanos apresentaram os avanços obtidos na agenda bilateral. A reunião foi copresidida pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia e pela Subsecretaria de Comércio Internacional do Departamento de Comércio dos Estados Unidos.

Na rodada de conversas, foram abordadas questões prioritárias para ambos os governos e o setor privado. Os temas foram distribuídos em grupos temáticos nos seguintes eixos: facilitação do comércio, boas práticas regulatórias, procedimentos de avaliação da

conformidade, padrões e metrologia, propriedade intelectual e economia digital.

Criado em 2006, o Diálogo Comercial entre Brasil e Estados Unidos é o mecanismo de cooperação bilateral que se manteve ativo por mais tempo entre os dois países. A iniciativa tem como principal objetivo incentivar o fluxo de comércio e de investimentos mútuos, por meio da prevenção, da redução e da eliminação de barreiras não tarifárias.

Nos últimos anos, a agenda se expandiu, com a inclusão de órgãos nas discussões. Pelo lado brasileiro também participam representantes do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), do Instituto Nacional da **Propriedade Industrial (Inpi)**, da **Agência** Nacional de Vigilância Sanitária (**Anvisa**), do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), e de outros ministérios e agências reguladoras.

O próximo encontro deve ocorrer em Brasília, em 2023, em data a ser definida.

Valdemiro Santiago é condenado a indenizar repórter do SBT em R\$ 1 mi

O apóstolo Valdemiro Santiago foi condenado a indenizar o jornalista Fofuquito, do SBT, em R\$ 1 milhão. A decisão é da 12ª Vara Cível de São Paulo e foi divulgada nesta terça-feira, 30.

O pagamento deve ser realizado em até 15 dias e foi determinado à Banda Mundial, o empresário Jair Passos e a W.S. Music, gravadora de propriedade do apóstolo.

Segundo o colunista Leo Dias, há dez anos o jornalista acionou a justiça pelo não pagamento dos **direitos** autorais de uma música e pela direção e pro-

dução de um documentário biográfico de Valdemiro, lançado em DVD.

Valdemiro e o conglomerado também deverão apresentar as notas fiscais de fabricação das mídias, a fim de comprovar a quantidade, devido a imprecisão em relação ao número de vendas.

A causa já havia sido ganha em 2019, mas a defesa do apóstolo perdeu o prazo do recurso.

Siga o A Tarde no Google Notícias e fique sempre por dentro

Índice remissivo de assuntos

Entidades

3, 4

Marco regulatório | INPI

5

Propriedade Industrial

5

Direitos Autorais

6